

ENSAIO SOBRE A UNIVERSIDADE E SUA FUNÇÃO SOCIAL

ALEXANDRE GARCIA ARAÚJO

Direito. Universidade Estadual do Sudoeste do Bahia (UESB)
xando_mtb@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo trazer reflexões acerca do atual modelo universitário e do seu papel frente à sociedade. A análise buscará elementos para compreender se a Universidade brasileira está realmente inserida na comunidade que lhe circunda, produzindo transformações em seu meio social, ou se ela não passa de um “templo do saber”, isolado da realidade. Ademais, questionar-se-á se esse modelo de educação formal, reproduzido no ensino superior brasileiro, tem formado profissionais capacitados para enfrentar os problemas sociais emergentes, ou se vem, apenas, formando uma mão-de-obra que vise atender às demandas do mercado. A partir dessas indagações, serão apontadas algumas possíveis alternativas ao sistema majoritário, relacionando-as ao processo de tomada de consciência dos atores da educação, à extensão universitária popular e aos cursos de vanguarda.

Palavras-chave: Educação. Tomada de Consciência. Emancipação Social. Relações de Poder.

38

1 Introdução

A Universidade latino-americana, e mais especificamente a brasileira, é uma instituição que ocupa lugar de destaque na sociedade, possuindo um *ethos* de local das infinitas possibilidades e da produção de um conhecimento superior, que possibilite a criação de saberes e tecnologia e a transformação social. Tendo como pilar o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, as universidades devem primar pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão¹. Partindo dessa premissa, a partir de um ensino

¹ A Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) elenca, nos incisos de seu artigo 43, a finalidade da educação superior, qual seja: I - estimular a criação cultural e o

crítico, atrelado às realidades locais, deveria ser produzido um conhecimento técnico-científico voltado para os anseios da população, que seria compartilhado através dos projetos de extensão. Entretanto, essa realidade pouco se aproxima do sistema de ensino superior brasileiro, salvo iniciativas isoladas dentro das universidades federais dos grandes centros².

Antes de uma análise mais aprofundada da instituição em si, faz-se mister avaliar como ela se constitui e quem são os seus protagonistas. A Universidade é um espelho da sociedade e reflete suas contradições; assim, os agentes que a constrói (servidores, professores e estudantes) reproduzem os mesmos vícios, preconceitos e estereótipos do “meio externo”, trazendo consigo o senso comum (ora popular, ora acadêmico) e reproduzindo também a lógica de produção capitalista.

Necessário também indagar se o conhecimento produzido na Universidade possibilita a transformação da sociedade ou se a instituição não passa de um local fechado em si mesmo, que não interage com o meio no qual está inserido. Ao afirmar que se tem reproduzido a lógica de produção capitalista, conclui-se que o conhecimento produzido passa a ser mercadoria, estando disponível somente para quem possa comprá-lo. Nas faculdades particulares essa assertiva é muito clara e palpável. Já nas federais, estaduais e municipais, revela-se pelo financiamento externo e pelas fundações de direito privado que fazem com que as pesquisas sejam realizadas e avaliadas sob aspectos produtivistas, traduzindo a privatização

desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; (...) III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; (...) VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

² Antonio Alberto Machado aduz que a Universidade não deve ser apenas *gratuita*, mas sim, *pública*. Desta forma, ela deve atender aos anseios da sociedade e ao bem público, diferenciando-se de uma Universidade que seja apenas *Estatal*. Essa funciona somente como o “estabelecimento onde os professores e funcionários exercem suas respectivas funções em troca de salários, e onde os alunos buscam a formação gratuita para a realização dos próprios projetos pessoais no mercado de trabalho”. Já a Universidade *Pública* deve estar sempre “voltada para a busca das finalidades sociais ou coletivas, que interessem a toda a sociedade e não apenas a algumas de suas parcelas” (MACHADO, Antonio Alberto, 2009, p. 73).

da coisa pública. Ademais, os grandes conglomerados multinacionais utilizam a estrutura pública e a mão de obra qualificada da Universidade para realizarem pesquisas, que serão a base de seus produtos ou que referendem informações que lhes trarão benefícios mercadológicos. Sendo assim, o conhecimento produzido serve a determinados interesses e atende a determinadas demandas, quais sejam, as das classes dominantes.

Além de produzir conhecimento, a Universidade capacita pessoas para exercerem diversas profissões, sendo também, um local de qualificação de mão de obra. Essa formação não foge à lógica do capital, cujo caráter tecnicista, despolitizado e acrítico, tem o objetivo específico de produzir apenas a mão de obra necessária à cadeia produtiva, em prejuízo da função social que cada carreira possui. Não se forma para pensar, questionar ou refletir, mas tão somente para reproduzir o que os mestres propagam. A metodologia aplicada é baseada no sistema bancário de educação, em que “a relação educador-educando é fundamentalmente dissertadora, tendo o professor como o dono da verdade e o estudante como o ser sem luz (aluno) que recebe o depósito do conhecimento do professor”³. Paulo Freire trabalha o conceito de *Educação Bancária*, entendendo esse tipo de educação como uma prática de dominação:

Trata-se de uma pedagogia do controle, da ausência do diálogo, da ausência da comunicação, do exercício da opressão. Esta se faz presente a partir do discurso e da ação de um dos sujeitos – o(a) educador(a) – e enquanto tal torna-se verbalização, monólogo vazio de sentido e recheado de desrespeito ao outro que é tratado como objeto vazio a ser preenchido por conteúdos escolhidos pelo educador(a)⁴.

Os educandos são condicionados a apenas ouvir passivamente, e os educadores condicionados a discursar sem estabelecer qualquer relação entre o conhecimento e a realidade concreta (principalmente a do

³ SANTIAGO, Oberdan Rafael P. L., 2008, p. 29.

⁴ SCHNORR, Giselle Moura, 2010, p. 86.

educando) – o educador é sujeito do processo, enquanto o educando não passa de mero objeto.

A partir dessas considerações podemos afirmar que a Universidade transforma a sociedade sim, todavia, atende aos anseios mercadológicos e reproduz as desigualdades sociais, pouco contribuindo com a emancipação popular⁵.

2 A função da Universidade

Até o presente momento foi apresentado o atual modelo universitário e suas limitações. Também se afirmou que ele é reflexo da sociedade e, por isso, “está inserido em um contexto muito maior, em um sistema que o utiliza para se reproduzir através do aparelho ideológico”⁶. Porém, assim como na luta de classes existem os movimentos de resistência dos trabalhadores, esses também existem na academia.

O Professor Roberto Leher, ex-presidente do ANDES-SN⁷, mostra como essa resistência universitária latino-americana é encarada e temida pela grande burguesia internacional. Com o intuito de difundir a sua *Universidade Operacional* e desconstituir o chamado modelo europeu de

⁵ Michel Foucault (2005), partindo da perspectiva de Jeremy Bentham, assinala que nós vivemos na era da Ortopedia Social ou Sociedade Disciplinar, em que o Estado, para manter a ordem, lança sobre os indivíduos vigilância permanente, por alguém que exerça sobre eles um poder, tendo a possibilidade de controle, vigilância e correção (poder judiciário, mídia, **escola/universidade**, polícia, médico, psiquiatra, diretor de prisão, etc.). Destarte, a Universidade pode ser classificada como “uma das instituições de dominação do Estado, tendo o papel de assimilar o modo de produção, a cultura e a organização social da sociedade na qual está inserida” (DIEHL, Diego Augusto, 2009, p. 424).

Essa dominação se dá através da ideologia, em suas duas perspectivas: a marxista-ortodoxa, que caracteriza a ideologia como o discurso de deturpação da realidade, escamoteador dos valores de exploração burgueses; e a perspectiva marxista-gramsciana, que caracteriza a ideologia como o conjunto de crenças, valores e ideais que fundamentam e legitimam as concepções de mundo (PEREIRA, Sumaya Saady Mohry & OLIVEIRA, Assis da Costa, 2009, p. 158).

Destarte, o ato de educar, que não é neutro, vem carregado com esses valores e ideais de quem o reproduz, ensinando como verdade única e universal sempre um lado da história ou das possibilidades – qual seja, o dos dominadores.

⁶ SANTIAGO, Oberdan Rafael P. L., 2008, p. 34.

⁷ Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional.

universidade, o Banco Mundial lançou um documento intitulado *Lições derivadas da experiência*⁸, em que afirma que “a indissociabilidade entre ensino pesquisa e a gratuidade das instituições públicas, os traços mais distintivos deste modelo, seriam anacrônicos com a realidade latino-americana”⁹. Como as universidades brasileiras servem tão somente para redescobrir o conhecimento, é uma irracionalidade manter o modelo europeu (humboldtiano) em *terras-brasilis*¹⁰. Contudo, os autores do referido projeto reconhecem que a “existência de forças emancipatórias que reivindicam a dimensão libertária da modernidade são ‘o’ obstáculo a ser removido, pois estas forças criam resistência e arestas à *Universidade operacional* que defendem”¹¹. A partir dessas observações, fica claro como a função social da Universidade latino-americana não pode deixar de ser contraditória, pois mesmo produzindo massivamente um conhecimento atrelado aos interesses das elites, produz também, em menor escala, um conhecimento novo, crítico, formando quadros como Florestan Fernandes, Marilena Chauí, Paulo Freire, Milton Santos e tantos outros e outras que se contrapõem ao modelo posto, buscando alternativas populares de emancipação social.

Percebe-se então que é possível (e preciso) repensar o modelo universitário brasileiro para que esse conhecimento crítico seja produzido em maior escala, e que a classe trabalhadora passe a ser a maior construtora e consumidora da Universidade. “Somente uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, integrada com os seus problemas, levará os seus estudantes a uma nova postura diante dos problemas de seu contexto”¹². Os atores da educação (educadores e educandos) não devem ficar engessados

⁸ WORLD BANK. Higher Education: the Lessons of Experience (1994).

⁹ LEHER, Roberto, s/d, p. 1.

¹⁰ Outro documento do Banco Mundial, intitulado *World Bank: La educación superior em los países en desarrollo: peligros y promesas*, aponta que as “nações situadas na classe de renda baixa ou média-baixa devem se limitar a desenvolver a capacidade de acessar e assimilar novos conhecimentos” (In LEHER, Roberto, s/d, p. 1).

¹¹ LEHER, Roberto, s/d, p. 5.

¹² FREIRE, Paulo apud BOGO, Ademar, 1999, p. 119.

em programas rígidos e distantes; é fundamental que todos se abram a conteúdos vivos, atuais, diante dos quais tenham que se posicionar, resolvendo questões concretas e buscando saídas coletivas. O processo de educação deve ser uma construção coletiva que envolva as pessoas na resolução de problemas e questionamentos do cotidiano, despertando nos oprimidos a necessidade de “romper com as estruturas injustas e construir uma ordem onde haja lugar para eles, como sujeitos e protagonistas”¹³. Não é plausível aceitar uma educação falsamente humanista, academicamente oca, verbalista, palavrosa e autoritariamente indiferente ao meio que lhe circunda¹⁴.

Além da necessidade de se repensar a metodologia e pedagogia docente, é preciso buscar maneiras de fazer com que o estudante conheça de fato a realidade com a qual irá trabalhar – *a cabeça pensa onde os pés pisam*. Essa é a função dos estágios e da extensão, compartilhar o conhecimento produzido na academia e capacitar profissionalmente o estudante, antes que ele se integre ao mercado de trabalho. Essa extensão, todavia, não deve ter um caráter assistencialista, mas sim emancipatório e popular. Vladimir de Carvalho Luz aponta que a prática assistencialista prioriza os interesses individuais dos assistidos, através de uma orientação paternalista dos extensionistas, com um caráter quase filantrópico – o indivíduo é encarado como um ser isolado, dissociado das contradições sociais e históricas do mundo em que vive. O contraponto a esta perspectiva pode ser a extensão popular, em que através do diálogo e da educação popular, pauta-se um processo de tomada de consciência, apresentando-se aos assessorados (e não assistidos) sua capacidade ativa de participação, organização e transformação da sociedade¹⁵. São lições de cidadania, programas voltados às necessidades básicas, que possibilitarão resolver problemas estruturais, e não apenas apresentar paliativos que resolvam

¹³ CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, 2007, p. 15.

¹⁴ FREIRE, Paulo *apud* SOUZA, Ana Inês, 2010, p. 51.

¹⁵ LUZ, Vladimir de Carvalho, 2008, *passim*.

superficialmente as demandas – “Os cidadãos cujas vidas são regulamentadas pelas políticas governamentais passam a participar diretamente da formulação das mesmas”¹⁶.

3 Considerações finais

A Universidade não vai mudar sem a efetiva participação popular, não podendo ser transformada de dentro para fora; pelo contrário, seus muros irão cair de fora pra dentro, como consequência da chegada do povo ao poder. Portanto, a participação da comunidade externa na construção diária da Universidade é essencial, aproximando o saber acadêmico do saber tradicional – cada qual com seu grau e aspecto de relevância.

Algumas ações têm caminhado nesse sentido, atualmente, como é o caso dos cursos universitários do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Através desse programa, passaram a ser criados por todo o país, cursos universitários com vagas destinadas exclusivamente a beneficiários da reforma agrária. A matriz curricular dos cursos é modificada visando atender às necessidades reais dos pequenos produtores rurais, e a periodicidade/metodologia muda da semestralidade para a trimestralidade – os alunos passam três meses estudando concomitantemente nos períodos matutino e noturno, e nos outros três meses eles retornam às suas áreas, para dar seguimento às suas atividades de lavoura e pastoril. Outra ação é a criação de cursos que se aproximam mais das atividades cotidianas dos setores mais carentes, associando o conhecimento popular ao conhecimento científico, como é o caso da Engenharia de Pesca, Pedagogia da Terra, Engenharia de Aquicultura, dentre outros. Vale ressaltar que não basta a criação de uma série de cursos e oportunidades, se elas ficarem isoladas nos grandes centros. Por isso é deveras importante a interiorização da Universidade, alcançando inclusive

¹⁶ ARON, Nan apud CAMPILONGO, Celso Fernandes, 1991, p. 5.

lugares antes inimagináveis, como assentamentos de trabalhadores rurais, aldeias indígenas, quilombos, etc¹⁷.

Dessa forma, o ensino superior tem de alcançar quem realmente necessita, inserindo a população marginalizada em seu cotidiano e possibilitando além, das habilidades técnicas profissionais, “o pensamento crítico, criativo e contextualizante acerca da própria técnica e do conhecimento científico em geral, examinando-lhes a eficácia e os efeitos, bem como os usos políticos, sociais e econômicos que se possa fazer deles”.¹⁸ Os trabalhadores e filhos da classe trabalhadora devem ser provocados a produzir e sistematizar os conhecimentos oriundos de suas próprias práticas laborais.

Que sirvam de inspiração as palavras que Ernesto “Che” Guevara bradava, já em 1959, em discurso na Universidade de Las Villas, sobre os rumos que a Universidade deve tomar e a quem ela deve servir: “O que tenho para dizer à Universidade (...)? Tenho que dizer que se pinte de negro, que se pinte de mulato, não só entre os alunos, mas também entre os professores, que se pinte de operários e de camponeses, que se pinte de povo, porque a Universidade não é patrimônio de ninguém e pertence ao povo”¹⁹.

Referências

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

¹⁷ O assentamento Oito de Junho, em Laranjeiras do Sul (PR), será o primeiro do país a sediar uma Universidade - Universidade Federal Fronteira do Sul (UFFS). As aulas para 500 estudantes iniciam em 2012 com os cursos de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura e Licenciatura em Educação do Campo. Mais informações em: <http://www.adjorisc.com.br/jornais/obarrigaverde/educac-o/primeira-universidade-federal-dentro-de-assentamento-sera-no-parana-1.458812>. Acesso em 24 de Maio de 2011.

¹⁸ MACHADO, Antonio Alberto, 2009, p. 86.

¹⁹ O trecho do discurso foi retirado de <http://www.joildo.net/artigos/que-a-universidade-se-pinte-de-negro-de-mulato-de-operario-de-campones> Acesso em 22 de Maio de 2011.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

CAMPILONGO, Celso Fernando. Assistência Jurídica e Realidade Social: Apontamentos para uma tipologia dos serviços legais. *In* **Discutindo a Assessoria Popular**. Rio de Janeiro: FASE, 1991.

CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. Sobre a Educação. *In* **Estudo, Trabalho e Luta: A caminho da Educação Popular**. Disponível em <http://abeef.files.wordpress.com/2010/04/cartilha-de-educacao-popular1.pdf>. Acesso em 21 de Maio de 2011.

DIEHL, Diego Augusto. **Universidade Popular**. Disponível em <http://www.ccej.ufsc.br/capturacriptica/documents/n1v2/parciais/diehl%28n1v2%29.pdf>. Acesso em 01 de Maio de 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

LEHER, Roberto. **Educação Superior Minimalista: A educação que convém ao capital no capitalismo dependente**. Disponível em http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F14825115%2F881137112%2Fname%2FEduca%25C3%25A7%25C3%25A30%252BSuperior%252BMinimalista%252B-%252BRoberto%252BLeher.doc&ei=Ds3rTdG3A82Dtgenk9SSAQ&usg=AFQjCNE9s3z6yIibquHkdfykmaxGTpr_CA. Acesso em 05 de Junho de 2011.

LUZ, Vladimir de Carvalho. **Assessoria Jurídica Popular no Brasil: Paradigmas, Formação Histórica e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

MACHADO, Antônio Alberto. **Ensino jurídico e mudança social**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PEREIRA, Sumaya Saady Mohry & OLIVEIRA, Assis da Costa. Rede Nacional das Assessorias Jurídicas universitárias: história, teoria e desafios. *In* **UFG. Revista da Faculdade de Direito da UFG**. Goiania: KELPS, V.33, N.1, jan./jun. 2009, pp.152-166.

SANTIAGO, Oberdan Rafael P. L. Universidade(s). *In* **Estudo, Trabalho e Luta: A caminho da Educação Popular**. Disponível em <http://abeef.files.wordpress.com/2010/04/cartilha-de-educacao-popular1.pdf>. Acesso em 21 de Maio de 2011.

SCHNORR, Giselle Moura. Pedagogia do Oprimido. *In Paulo Freire: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2010.

SOUZA, Ana Inês. Educação e atualidade brasileira: a emergência do povo na história. *In Paulo Freire: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2010.

